



ACÓRDÃO Nº858/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11356/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Itapiranga.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Oreste Lopes Teixeira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1799/2020-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Itapiranga. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance.
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itapiranga, exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Oreste Lopes Teixeira**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga à época;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Oreste Lopes Teixeira**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga à época, por não ter respondido às Notificações deste Tribunal;
- 10.3. **Aplicar multa** ao **Sr. Oreste Lopes Teixeira** no valor de **R\$ 68.272.96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), por grave infração à normal legal, nos termos do artigo 308, inciso VI, alínea "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, pelas Restrições nº 01 a 14 todas elas elencadas na notificação nº 01/2019-DICAMI/CI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o



ACÓRDÃO Nº858/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em alcance ao Sr. Oreste Lopes Teixeira no valor de R\$ 4.093.56** (quatro mil, noventa e três reais e cinquenta e seis centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido à restrição não sanada referente ao pagamento efetuado com multas e juros em favor da Previdência Social – INSS, despesas efetuadas com Recursos Ordinárias e sem comprovação, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Itapiranga;
- 10.5. Determinar** ao Poder Legislativo que ao receber valores do seu duodécimo constitucional, comunique ao poder executivo o fato, e proceda ao estorno ou a compensação, nos demais meses, do recurso recebido a maior;
- 10.6. Dar ciência** ao **Sr. Oreste Lopes Teixeira** e seus patronos da decisão desta Corte de Contas;
- 10.7. Arquivar** o presente processo após cumpridos os trâmites processuais pertinentes.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023



ACÓRDÃO Nº858/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luís Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral